

Produção técnica de Cooperativismo

Cooperativismo financeiro e desenvolvimento territorial: Contribuições dos projetos socioeducativos da Cresol

Financial cooperativism and territorial development: contributions of
cresol's socio-educational projects

Rubens Staloch^{id}

Pontifícia Universidade Católica do Paraná , Curitiba, PR, Brasil

RESUMO

A pesquisa analisa as contribuições de projetos socioeducativos da Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária (Cresol) no processo formativo de crianças e jovens nas comunidades escolares de municípios brasileiros. Classifica-se como pesquisa exploratória, de abordagem bibliográfica não-sistemática, complementada por observação participante e análise documental. O estudo articula debates sobre cooperativismo de crédito e desenvolvimento comunitário, e busca fomentar a expansão de práticas socioeducativas nas cooperativas. Os achados indicam: (i) forte presença da Cresol em municípios de pequeno porte (≤ 50.000 habitantes); (ii) alinhamento pedagógico dos projetos à LDB e a BNCC, com ênfase em educação financeira e sustentabilidade; e (iii) compreende-se que a atuação da Cresol integra uma estratégia institucional que articula inclusão financeira, formação cidadã e desenvolvimento local e essa combinação reforça o papel da cooperativa como ator de governança territorial, conforme discutido na literatura sobre formação de capital social e desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Cooperativismo financeiro; Projetos socioeducativos; Desenvolvimento local/regional

ABSTRACT

The research analyzes the contributions of socio-educational projects developed by the Cooperative of Credit and Investment with Solidary Interaction (Cresol) to the formative and educational processes of children and young people within school communities in Brazilian municipalities. It is classified as exploratory research, with a non-systematic bibliographic approach, complemented by participant observation and documentary analysis. The study articulates debates on credit cooperativism and community development and seeks to encourage the expansion of socio-educational practices within cooperatives. The findings indicate: (i) Cresol's strong presence in small municipalities ($\leq 50,000$ inhabitants); (ii) the pedagogical alignment of its projects with the Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional(LDB) and the Base Nacional Comum Curricular (BNCC), emphasizing financial education and sustainability; and (iii) an understanding that Cresol's actions are part of an institutional strategy that integrates financial inclusion, civic education, and local development, and this combination reinforces the cooperative's role as an actor of territorial governance, as discussed in the literature on social capital formation and regional development.

Keywords: Financial cooperativism; Socio-Educational projects; Local/regional development

1 INTRODUÇÃO

Na perspectiva antropológica proposta por Elias (1994), a sociedade emerge das interações entre indivíduos interdependentes, cujas ações coletivas moldam estruturas e significados compartilhados. Compreender tais dinâmicas implica analisar tanto os elementos materiais (técnicos e econômicos) quanto os imateriais (simbólicos, sociais e institucionais) que sustentam a vida em sociedade.

Se, o processo de desenvolvimento das sociedades está diretamente vinculado à organização dos territórios e das territorialidades constituídas, ou seja, as relações existentes entre os atores / agentes em um determinado período, então, a partir deste viés de entendimento, pode-se evidenciar que sistemas cooperativistas contribuem ativamente na formação dos indivíduos, seja com capital financeiro ou mesmo, intelectual e social.

A problemática de pesquisa tenta evidenciar de que forma o sistema cooperativista Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária (Cresol), contribui socialmente nas comunidades onde está inserida, sobretudo, para o processo formativo e educacional de crianças e jovens. Portanto, o objetivo geral do estudo é analisar as contribuições de dois projetos socioeducativos desenvolvidos pela cooperativa junto à comunidade escolar.

Neste sentido, o estudo se justifica no campo teórico por contribuir com as discussões sobre o cooperativismo, especificamente de crédito, e o desenvolvimento das comunidades onde está inserido. Já, a justificativa prática situa-se para o estímulo

à implementação e ampliação de projetos socioeducativos no âmbito dos sistemas cooperativistas.

O texto está estruturado em quatro seções além desta introdução: i) referencial teórico onde discute-se sobre o cooperativismo e questões relacionadas ao desenvolvimento socioeducativo; ii) metodologia; iii) dados e reflexões sobre os dados; e iv) considerações finais com algumas notas conclusivas a partir do estudo e dos referenciais utilizados.

2 O COOPERATIVISMO FINANCEIRO E O DESENVOLVIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Pode-se compreender o processo de desenvolvimento das sociedades a partir das relações espaço-temporalmente formatadas e sob influência de diversos fatores (econômicos, políticos, institucionais etc.). Por este motivo, Elias (1994) relatou que uma sociedade é o resultado de indivíduos atuando em conjunto, o que se pode relacionar com o processo de formação sócio-espacial, como elencou Santos (1977; 1978).

Sob este prisma não se pode deixar de evidenciar que o desenvolvimento dos territórios está diretamente relacionado com o espaço, o qual o homem transforma a partir do trabalho, da intervenção, pois “modo de produção, formação social, espaço [...] são interdependentes” (Santos, 1977, p. 86). Assim, não se pode pensar no espaço sem considerar as relações sociais, econômicas, políticas etc. que nele ocorrem e que poderão ocorrer (Santos, 1978), o que pode ser compreendido como territorialidades.

Para Sack (2011 [1986]), as territorialidades são constituídas a partir das ações humanas, da tentativa de um indivíduo ou grupo de controlar/influenciar os demais num espaço. Ainda, estas territorialidades são escolares pois, podem ocorrer tanto em níveis do indivíduo, do lar, no trabalho, e ainda, se alteram de acordo com as relações sociais constituídas em diferentes contextos.

Estas relações podem ser influenciadas pela forma como os agentes / atores interagem e isto, por sua vez, depende também dos seus conhecimentos,

habilidades e atitudes. Neste cenário, o processo educativo para o desenvolvimento mostra-se muito necessário, acima de tudo, quando observados os aspectos sociointeracionais e construtivistas.

Nota-se que à medida que as sociedades se desenvolvem, considerando as interações entre os objetos e ações - na conceituação de Santos (1977; 1978) - novos elementos e organizações (institucionais) surgem e se incorporam, a exemplo, pode-se citar aquelas cooperativistas. E foram inúmeras as formas de cooperação entre homens experimentadas na sociedade desde a antiguidade.

A cooperação como forma de organização a partir de sistemas cooperativistas surgiu na Europa na metade do século XVII e seu grande objetivo “era organizar as pessoas coletivamente a partir de interesses comuns, intervir em processos produtivos como forma de organização econômica, para melhorar os ganhos e conseqüentemente a vida das pessoas” (Magri *et al.*, 2010, p. 17).

O cooperativismo moderno, na forma como é conhecido, iniciou-se em 1844, na cidade de Rochdale, na Inglaterra, quando 28 tecelões fundaram uma cooperativa de consumo (Pinheiro, 2007). As cooperativas urbanas tiveram seu início com um prussiano, Herman Schulze, em 1856, sendo estas conhecidas como “cooperativas do tipo schulze-delitzsch”, conhecidas na Alemanha como bancos populares e preveem o retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital, por terem área de atuação não-restrita e por remunerar seus dirigentes (Pinheiro, 2007, p. 25).

No Brasil, certamente, a cooperação já existia antes mesmo do próprio descobrimento nos anos de 1.500. Esta cooperação era percebida com ações coletivas das comunidades indígenas para a sobrevivência e manutenção da natureza para todos da aldeia. Porém, as primeiras ações cooperativistas, tal qual temos concepção hoje, surgem na segunda metade do século XIX, com a chegada dos imigrantes europeus, especialmente alemães, poloneses e italianos (Magri *et al.*, 2010).

De acordo com Meinen (2022), as primeiras cooperativas formais surgem no Brasil para dar viabilidade à pequena produção entre pequenos produtores, fomentar

modelos de crédito mútuo ou mesmo, de larga escala agrícola. Em 1932, é divulgada a primeira Lei geral sobre o Cooperativismo, por meio do Decreto 22.239, em que enquadra as cooperativas orientando pela formalização de todas elas, e ao mesmo tempo que estabelece um controle do Estado sobre a vida da organização.

Para tornar o processo de organização das cooperativas, orientado por normas mais abrangentes, foi então que em 1971, o Governo instituiu a Lei 5.764/71 onde determina necessidade de registro e oficializa que a Organização das Cooperativas no Brasil (OCB) será o órgão de representação do cooperativismo no Brasil (Meinen, 2022). Esta lei determina até os dias atuais os princípios norteadores das cooperativas, sobretudo, sua estruturação e funcionamento.

Relacionando o cooperativismo com a premissa de interpretação de Elias (1994) sobre a constituição das sociedades, pode-se compreender que o desenvolvimento destas está relacionado a práticas cooperativistas, a união de saberes, intenções e relações de atuação em conjunto. Ademais, pode-se destacar que existem princípios norteadores das ações cooperativistas e podem ser listados em sete dimensões: 1) Adesão Livre e Voluntária; 2) Gestão Democrática; 3) Participação Econômica; 4) Autonomia e Independência; 5) Educação, Formação e Informação; 6) Intercooperação; 7) Interesse pela comunidade.

Com base no segundo princípio, o modelo cooperativista coloca os associados como os verdadeiros detentores do poder decisório, por meio da Assembleia Geral Ordinária - AGO e Assembleia Geral Extraordinária - AGE. A AGO é obrigatória e realizada anualmente, nos três primeiros meses após o fim do exercício social (ano anterior), e é momento de deliberação sobre prestação de contas dos órgãos de administração; destinação das sobras ou rateio das perdas; eleição dos componentes dos órgãos de administração, do conselho fiscal e de outros, quando for o caso; fixação dos valores honorários, gratificações e assuntos de interesse social.

Já, a AGE pode ser convocada sempre que se fizer necessário, desde que se obedeça aos prazos legais de convocação e o número de participantes exigidos para

a sua realização. Nesta Assembleia se discute: reforma do Estatuto Social; fusão, incorporação e desmembramento; mudança de objetivo da sociedade; dissolução voluntária e nomeação de liquidantes e contas do liquidante.

No que tange a gestão das cooperativas, a partir dos anos 2000 houve um grande avanço visando o seu fortalecimento a partir da governança cooperativa, a qual possui como base diversos instrumentos para constituição de ambientes de governança, objetivando reduzir conflitos, colocando neste cenário a atuação de um Conselho de Administração, vigilância mútua entre os colaboradores, a participação dos dirigentes na propriedade e o direito de voto dos proprietários nas Assembleias Gerais (Filho, 2009).

Neste olhar, Meinen (2022), descreve que o processo de governança nas cooperativas as torna menos vulneráveis do ponto de vista da solidez e a partir deste contexto, a governança cooperativa se estabelece a partir de quatro dimensões: i) representatividade e participação; ii) direção estratégica; iii) gestão executiva; e iv) fiscalização e controle.

A governança cooperativa é um projeto articulado pelo Banco Central do Brasil com apoio da participação de diversas áreas e organizações ligadas ao cooperativismo. O projeto visa contribuir com a construção de “sólido e adequado ambiente de governança, que considere as especificidades das cooperativas de crédito no sistema financeiro e na realidade socioeconômica brasileira” (Ventura, 2009, p. 49).

A proposta dos modelos cooperativistas, acima de tudo seu relacionamento próximo com as comunidades onde estão inseridas e promovendo estímulo para participação, pode ser correlacionado com a formação de capital social teorizado por Bourdieu (1985)¹ e Putnam (1993; 1996).² Para Putnam (1993, p. 167) o capital social é compreendido “como características das organizações sociais, como confiança, normas e redes que podem melhorar a eficiência da sociedade facilitando ações coordenadas.”

¹ Na abordagem do autor, com uma perspectiva mais individualizada.

² Para o autor, com uma abordagem mais na perspectiva coletiva de comunidade cívica.

Ao considerar o quinto e sétimo princípios do cooperativismo, Moraes (2021, p. 91) descreve que as cooperativas “contribuem para a geração de empregos, [...] renda e a inclusão socioeconômica de seus membros”, sendo que o cooperativismo financeiro proporciona aplicação e distribuição de recursos financeiros para as comunidades onde está inserido, bem como, oportuniza formação por meio do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) e uso do Fundo Social para promoção de ações sociais em prol do desenvolvimento local/regional. Para Meinen (2022, p. 246), tais perspectivas de atuação “devem continuar gerando benefícios para a sociedade”, sobretudo, pelo interesse pela comunidade, o qual é um dos princípios cooperativistas mais difundidos porque contribui para a melhoria da qualidade de vida local.³

Neste âmbito de contribuição social, cooperativas atuam com o FATES e Fundos Sociais para oferta de Projetos Socioeducativos à comunidade / associados (as). Porém, para que os projetos aplicados juntamente às escolas contribuam com o processo formativo, devem estar alinhados aos preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei n. 9.496/1996) e dispostos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A LDB, em seu Art. 1º enfatiza que: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1996, p.1).

Estudos recentes reforçam a relevância da educação financeira no ambiente escolar como instrumento de desenvolvimento social e fortalecimento da cidadania econômica. Frisancho (2023) demonstrou que programas escolares de educação financeira geram impactos imediatos e duradouros sobre o comportamento financeiro dos estudantes, inclusive reduzindo a inadimplência em longo prazo. De forma semelhante, Kaiser *et al.* (2022) evidenciaram, a partir de uma meta-análise

³Meinen e Port (2014, p. 36) descrevem que a principal diferença entre bancos e cooperativas de crédito reside no fato de que “[...] as cooperativas podem ser definidas como “sociedades de pessoas” e, por outro lado, os bancos são conceituados como “sociedades de capital”.

internacional, que intervenções educacionais bem estruturadas produzem efeitos significativos tanto sobre o conhecimento quanto sobre o comportamento financeiro.

No contexto brasileiro, Chiavenato, Madeira e Vaccaro (2024) constataram que a integração da educação financeira ao currículo escolar aumenta o engajamento estudantil e o desempenho em Matemática, sobretudo entre alunos de menor renda.

Assim sendo, contribuir com processos de ensino-aprendizagem, requer entender e aplicar questões sociointeracionais (Vygotsky, 1978) e construtivistas (Piaget, 1975), por exemplo. O construtivismo de Piaget não é um método, mas sim, a maneira de observar processos, no caso ensino-aprendizagem, a forma como o sujeito se auto constrói a partir dos diferentes contextos e relações (Becker, 1992). Por isso, a velha prática de memorização de conteúdos não é construtivista, pois impede que algo novo se constitua a partir do “pensar” e da “reflexão”.

Neste sentido, está também o direcionamento das reflexões de Vygotsky, quando descreve que o processo de aprendizagem depende do que chamou de “sociointeracionismo” (Moreira, 1995). O desenvolvimento cognitivo dos sujeitos é dado por meio da interação social com outros indivíduos, pois, esta interação propiciará geração de experiências e conhecimentos, onde cada sujeito a partir de suas vivências e experiências contribui com o processo de aprendizagem [interações e relações mútuas].

Importante também, o papel do mediador no processo, sendo ele aquele sujeito que estimula as funções cognitivas dos demais sujeitos, auxiliando na organização dos pensamentos. Neste sentido, o sujeito “mediador” age de forma intencional cuja finalidade está no estímulo à aprendizagem, a partir da reflexão e do “potencial individual”. Este potencial precisa ser desenvolvido, sobretudo, quando aplicada a mediação (Feuerstein, 2002), enfatizando valores como cooperação, criatividade, tolerância e respeito. A educação tem papel de “humanizar” o homem à ação consciente, objetivando “ação transformadora sobre a realidade” (Freire, 1970, p. 12).

Somente é possível a transformação quando se reformar o pensamento, que, por sua vez, precisa da reforma da educação [paradoxo] e mais, é preciso um modelo de educação que faça a reflexão e se preocupe com o “conhecer o que é conhecer” (Morin, 2013, p. 195), integrando as diversas áreas, como aponta Morin (2002 e 2013). E, neste contexto, as cooperativas de crédito contribuem sobremaneira com o desenvolvimento de onde estão inseridas e, de acordo com Magri (2010, p. 88) as cooperativas, sobretudo a Cresol, “busca a formação de sujeitos críticos e conscientes da sua realidade social”, alinhando-se, desta forma, com a abordagem de Freire (1970) de uma educação emancipadora.

Em estudo de Morais (2021, p. 89) é destacado a relevância do cooperativismo financeiro para a promoção do desenvolvimento regional, sendo este, compreendido pelo autor como “uma forma de diminuição das desigualdades sociais, principalmente as originadas pela fuga de divisas e escoamento financeiro verificado entre as regiões mais e as menos desenvolvidas”.

A partir dos referenciais, compreende-se que as iniciativas socioeducativas promovidas por cooperativas de crédito não podem ser analisadas de forma isolada, restritas à ação de uma única organização. Ao contrário, elas se inserem em um arranjo multiator, constituído por escolas, secretarias municipais de educação, professores, famílias, comunidade local, cooperativas singulares e instâncias institucionais de apoio, como o Instituto Cresol. Essa configuração expressa uma rede socioinstitucional na qual diferentes atores interdependentes atuam de forma articulada na produção de práticas educativas e no fortalecimento de dinâmicas locais de desenvolvimento.

Tal perspectiva dialoga com a concepção de sociedade proposta por Elias (1994), segundo a qual os processos sociais resultam da interdependência entre indivíduos e instituições, e com a abordagem de Santos (1977; 1978), que compreende o território como um sistema indissociável de objetos e ações, continuamente produzido pelas relações sociais. Nesse sentido, os projetos socioeducativos podem ser interpretados como instrumentos de mediação territorial, capazes de ativar redes de cooperação, aprendizagem social e participação comunitária.

Estudos empíricos recentes têm demonstrado que programas estruturados de educação financeira no ambiente escolar produzem efeitos significativos tanto no nível cognitivo quanto no comportamento econômico dos estudantes. Evidências internacionais indicam que intervenções pedagógicas sistemáticas, quando alinhadas ao currículo escolar e mediadas por metodologias ativas, ampliam o conhecimento financeiro, favorecem atitudes mais responsáveis em relação ao consumo e à poupança e geram impactos persistentes ao longo do tempo (Frisancho, 2023). Kaiser *et al.* (2022) apontam que programas bem desenhados são capazes de influenciar positivamente o comportamento financeiro, especialmente quando articulam conteúdos conceituais com situações práticas do cotidiano dos alunos.

No contexto brasileiro, pesquisas recentes corroboram esses achados ao evidenciar que a inserção da educação financeira no ambiente escolar contribui não apenas para o fortalecimento da cidadania econômica, mas também para a melhoria do desempenho acadêmico, sobretudo em disciplinas como Matemática, com efeitos mais expressivos entre estudantes de contextos socioeconômicos vulneráveis (Chiavenato; Madeira, Vaccaro, 2024). Tais resultados reforçam a compreensão de que a educação financeira, quando concebida como prática educativa transversal e socialmente contextualizada, constitui um instrumento relevante de inclusão social e de promoção do desenvolvimento local, sobretudo quando integrada a estratégias institucionais mais amplas, como aquelas desenvolvidas no âmbito do cooperativismo financeiro.

Ao fomentar vínculos de confiança, reciprocidade e pertencimento entre os atores envolvidos, essas iniciativas contribuem para a formação de capital social, conforme discutem Putnam (1993; 1996) e Bourdieu (1985), elemento central para a promoção do desenvolvimento local e regional. Assim, a atuação socioeducativa das cooperativas de crédito insere-se no campo da governança territorial, entendida por Dallabrida (2017) como um processo coletivo de coordenação de atores, interesses e recursos em prol do desenvolvimento dos territórios.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para que o estudo tenha validade científica e atenda aos objetivos, de acordo com Martins (2009), se faz necessária a utilização de meios técnicos apropriados de investigação, ou seja, estruturar e planejar a pesquisa na sua dimensão mais ampla, compreendendo tanto a diagramação quanto a previsão de coleta e análise de informações, dados e evidências.

O estudo aqui apresentado trata-se de uma pesquisa exploratória, bibliográfica não-sistemática e considerou-se o método de observação participante em um sistema cooperativista de crédito, a Cooperativa de Crédito e Investimento com Interação Solidária (Cresol), constituída em 1995 no estado do Paraná.

A observação participante foi realizada entre os meses de maio a novembro de 2022 e 2023 junto a agências da cooperativa que desenvolvem os referidos projetos estudados; os documentos analisados incluíram os Relatórios de Sustentabilidade GRI (2023, 2024) e as propostas pedagógicas dos projetos Mesadinha e Juventude Cooperativista. A triangulação entre observação, análise documental e tabulação em Excel permitiu identificar indicadores de alcance tais como número de participantes, número de municípios e escolas e de conformidade pedagógica com LDB e a BNCC.

O estudo não busca mensurar impactos causais, mas analisar as contribuições socioeducativas e territoriais dos projetos, a partir de indicadores de alcance, aderência pedagógica e articulação institucional. Como toda pesquisa de caráter exploratório e de base documental, este estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Os dados analisados derivam, em grande parte, de relatórios institucionais da cooperativa, o que pode implicar certo viés de fonte, uma vez que refletem também a perspectiva organizacional. Além disso, as informações utilizadas são agregadas, sem detalhamento individual ou longitudinal, o que impossibilita mensurar de forma causal o impacto direto dos projetos socioeducativos sobre o desempenho

educacional ou comunitário. Por fim, por tratar-se de um estudo de caso voltado a uma única instituição, a generalização dos resultados deve ser feita com cautela, reconhecendo-se as especificidades territoriais e institucionais do Sistema Cresol.

Utilizou-se ferramenta de inteligência artificial generativa (ChatGPT, Gemini e NotebookLM) exclusivamente para apoio à revisão linguística e organização textual, sem interferência na análise dos dados ou na interpretação dos resultados.

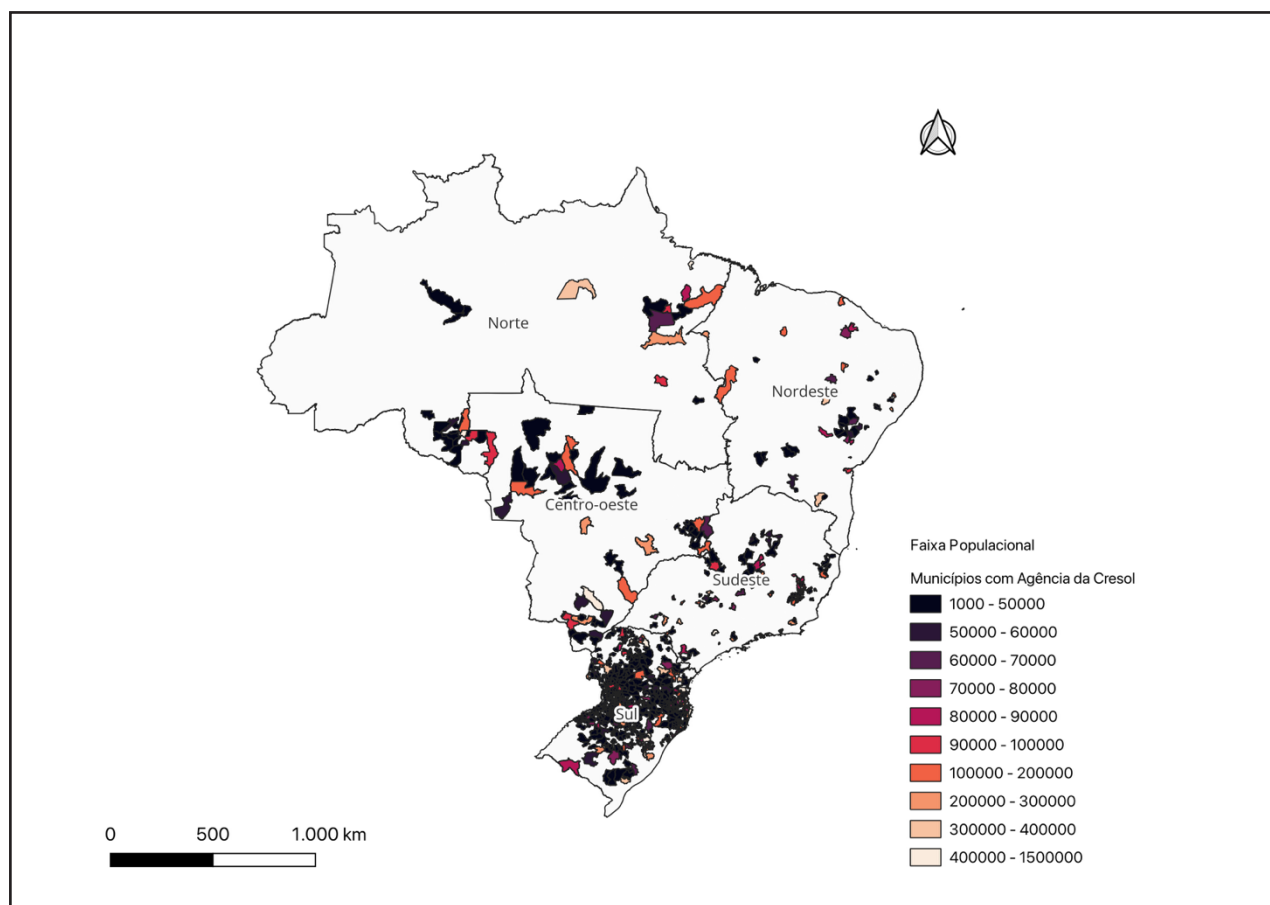
4 DADOS E REFLEXÕES

A Cresol tem como base constitutiva a mobilização de muitas famílias de agricultores e agricultoras que visavam acesso ao crédito voltado ao fortalecimento do desenvolvimento sustentável e solidário (Magri, 2018). Em 1995 surge a primeira cooperativa no município de Dois Vizinhos (PR) e observa-se que o sistema se desenvolveu rapidamente, representando uma marca consolidada e, em 2025, presente em vinte estados brasileiros, contando com mais um milhão de cooperados, mais de 950 agências de relacionamento e mobilizando em torno de 43 bilhões em ativos totais e resultado financeiro de 805 milhões para o ano de 2024.

A estrutura sistêmica está organizada a partir de uma Confederação e três centrais, sediadas em Francisco Beltrão (PR), Chapecó (SC) e Passo Fundo (RS). As mais de 950 agências de relacionamento estão distribuídas territorialmente no Brasil, com destaque de concentração na região sul (figura 1).

A análise da distribuição das agências Cresol por faixa populacional revela uma forte concentração da presença institucional em municípios de pequeno porte. Cerca de 80% das agências estão situadas em cidades com até 50 mil habitantes, o que demonstra o compromisso da cooperativa com a inclusão financeira e o fortalecimento do meio rural e das pequenas comunidades urbanas.

Figura 1 – Distribuição agências da Cresol no território nacional e faixa populacional dos municípios (2024)

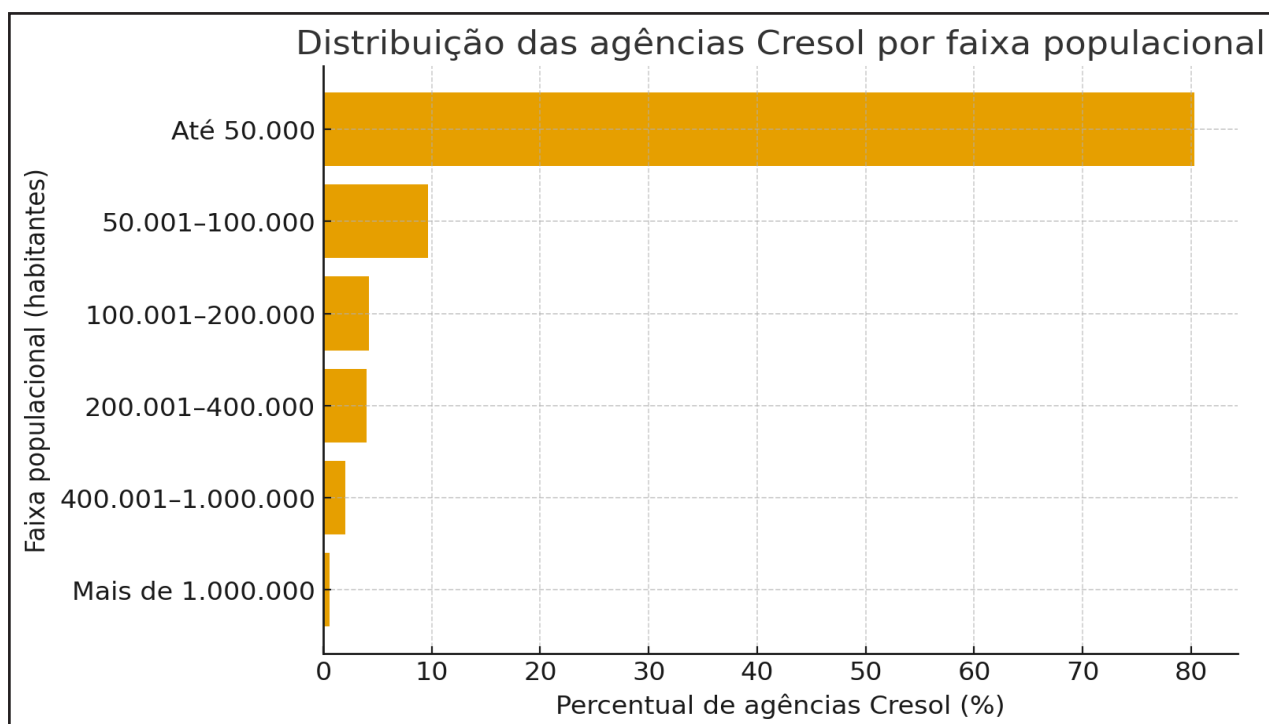


Fonte: elaboração do autor com base nos dados de relatórios internos disponibilizados pela cooperativa (2024)

À medida que as faixas populacionais aumentam, observa-se uma redução gradual na proporção de agências: apenas 3,2% estão em municípios entre 50 e 60 mil habitantes, enquanto cidades com mais de 200 mil habitantes concentram menos de 6% das unidades (Gráfico 1).

Essa configuração espacial evidencia uma estratégia de desenvolvimento territorial descentralizada, voltada à interiorização dos serviços financeiros e à democratização do crédito solidário. Tal orientação alinha-se à missão do cooperativismo financeiro de atuar onde o sistema financeiro tradicional apresenta menor capilaridade, contribuindo, assim, para a redução das desigualdades regionais e para o fortalecimento das economias locais.

Gráfico 1 – Distribuição agências por faixa populacional (2024)



Fonte: elaboração do autor com base nos dados de relatórios internos disponibilizados pela cooperativa (2024)

Este dado se relaciona com o que Meinen (2016, p. 153) descreveu, no espectro da digitalização versus atendimento/proximidade física, que “o cooperativismo está abrindo agências, enquanto os maiores bancos do país as estão fechando”. Ainda, de acordo com o Relatório de Sustentabilidade GRI (2024), a cooperativa tem sua organização estratégica amparada em um tripé que envolve finanças inclusivas, governança participativa e educação cooperativa.

Na dimensão social, os projetos socioeducativos sempre estiveram presentes na trajetória da cooperativa, e, com a constituição do Instituto Cresol em 2005⁴, os projetos ganharam uma nova abordagem, contando com propostas pedagógicas mais robustas e alinhadas com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 1996).

Ao observar especificamente os projetos desenvolvidos diretamente com estudantes se pode elencar dois deles:

⁴ Em 2005 foi constituído o Infocos, o qual hoje denomina-se Cresol Instituto.

I – Juventude Cooperativista: contribuir para o desenvolvimento do jovem estudante do ensino médio, orientando-o para interagir no meio cooperativo, social, profissional e financeiro de forma saudável e responsável.

II – Mesadinha e Sua Turma: apresentar conceitos e valores sobre a educação cooperativista e financeira para as crianças que estão em idade escolar.

Os conteúdos abordados nos projetos visam oportunizar mais do que apenas repasse de conteúdo, e sim, formação dos indivíduos para interagirem socialmente, o que pode ser observado por meio dos conteúdos trabalhados (Quadro 1):

Quadro 1 – Projetos Socioeducativos desenvolvidos pela Cresol e objetivos

Projeto	Público-alvo	Objetivo – Proposta Pedagógica
Mesadinha e Sua Turma	3ª série - 6 a 9 anos de idade	Uma proposta que combina fábulas desenvolvidas para o público infantil, com a oferta de conhecimento básico sobre cooperativismo e educação financeira, por meio das próprias histórias e de outros elementos. Temáticas abordadas: Importância da ajuda e do trabalho coletivo; união de esforços e cooperação para se alcançar objetivos comuns; cooperação e ajuda em casa; cuidados com o lixo e a sua destinação; atitudes sustentáveis; sustentabilidade e o futuro do planeta; apresentar ações para ajudar a natureza.
Juventude Cooperativista	2ª série ensino médio (podendo ser realizado também com 3ª série do ensino médio) - 16 a 18 anos de idade	Uma proposta baseada em situações práticas do dia a dia, tanto a nível pessoal, como familiar ou profissional. Os jovens resolvem problemas do cotidiano, na relação familiar e na partilha dos assuntos financeiros de responsabilidades mútuas. Cooperativismo; educação financeira; educação profissionalizante.

Fonte: dados da pesquisa junto às propostas pedagógicas dos Projetos e análise de dados sistêmicos disponibilizados pela cooperativa

A análise dos dados empíricos deve ser compreendida a partir de uma abordagem que ultrapassa a descrição das ações institucionais da cooperativa, considerando os

projetos socioeducativos como parte de um arranjo socioinstitucional mais amplo, constituído por múltiplos atores territoriais. As iniciativas analisadas envolvem, de forma articulada, escolas, secretarias de educação, professores, estudantes, famílias, cooperativas singulares e o Instituto Cresol, configurando uma rede socioinstitucional orientada à promoção da educação cooperativista, da educação financeira e da formação cidadã.

Sob essa perspectiva, os projetos não se apresentam como intervenções pontuais, mas como estratégias de governança territorial, nas quais a cooperativa atua como agente catalisador de processos educativos e de desenvolvimento local, em interação com políticas públicas educacionais e com as dinâmicas sociais e culturais dos territórios onde está inserida.

Os projetos alinham-se às diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/1996) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e reconhecidos pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), sendo que o projeto Mesadinha e sua Turma recebeu o Selo ENEF 2018/2020, certificando seu impacto positivo na disseminação da educação financeira e na formação de cidadãos conscientes sobre consumo, sustentabilidade e cooperação.

As temáticas abordadas, como o equilíbrio entre renda e gastos, o consumo responsável, a sustentabilidade e a solidariedade, dialogam diretamente com as Competências Gerais 6 e 10 da BNCC, que tratam da responsabilidade e do exercício da cidadania, e da atuação pessoal e coletiva com base em princípios éticos, democráticos e sustentáveis.

O projeto Juventude Cooperativista, por sua vez, é voltado a estudantes do ensino médio e busca fomentar o protagonismo juvenil e o desenvolvimento de competências voltadas à vida social, profissional e financeira. Iniciado em 2017, o projeto estruturou-se em nove encontros pedagógicos, articulando três eixos de conteúdo: Educação Cooperativista, Educação Financeira e Educação Profissionalizante. Sua metodologia combina atividades expositivas, reflexivas e

vivenciais, promovendo a aprendizagem por meio da interação e do diálogo entre os jovens e os multiplicadores locais. O conteúdo aborda temas como a essência do cooperativismo, o funcionamento das cooperativas de crédito, o uso consciente do dinheiro, o empreendedorismo e a liderança, integrando saberes econômicos, sociais e éticos em uma proposta formativa interdisciplinar.

De acordo com dados do Relatório de Sustentabilidade GRI 2024 da cooperativa, a trajetória do Juventude Cooperativista evidencia um crescimento expressivo, cerca de 40% no comparativo de 2023 e 2024. Esses dados demonstram o processo de consolidação e expansão do projeto, refletindo o fortalecimento do vínculo entre a cooperativa e as escolas e a ampliação do impacto social e territorial da iniciativa. Em consonância com as finalidades do ensino médio previstas na LDB, o projeto contribui para a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e o preparo para o mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo e a responsabilidade social.

No âmbito da BNCC, o Juventude Cooperativista reforça competências como a valorização do trabalho e da cooperação, a responsabilidade e a cidadania e o protagonismo juvenil, articulando-se ainda aos temas contemporâneos transversais relacionados à economia, sustentabilidade e cidadania.

Os dados do Relatório de Sustentabilidade GRI 2024 da Cresol reforçam a relevância dessas ações no contexto da estratégia ESG e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O documento mostra que os temas materiais prioritários identificados pela cooperativa estão a educação financeira, o desenvolvimento comunitário, o empreendedorismo, o crescimento inclusivo e o desenvolvimento de capital humano, todos vinculados ao fortalecimento das comunidades e à promoção da sustentabilidade social e econômica.

Em 2024, houve um aumento expressivo no número de participantes nos projetos educacionais junto às escolas, que incluem Mesadinha e sua Turma e Juventude Cooperativista. (Quadro 2)

Quadro 2 – Projetos Socioeducativos desenvolvidos pela Cresol

Indicador	Dado em 2024	Crescimento/Observação
Total de Participantes (Crianças e Jovens)	Mais de 32.000 crianças e jovens (entre 8 e 17 anos).	Aumento de aproximadamente 40% em comparação com 2023 (que registrou 23.000 participantes).
Total Acumulado de Impacto	Mais de 126 mil crianças e jovens atingidos em toda a trajetória da Cresol.	Marca histórica alcançada em 2024.
Escolas e Municípios Atendidos	Implementados em 700 escolas em mais de 300 municípios.	Aumento de 200 municípios alcançados em comparação com o ano anterior.
Abrangência Geográfica	Estados atendidos: PR, RS, BA, SC, MS, MA, MG, RO, AM, GO, RJ, SP e MT.	Reflete a expansão sistêmica do programa.

Fonte: Relatório de Sustentabilidade GRI Cresol (2024)

A partir de análise junto as propostas pedagógicas, verifica-se que os projetos estão pautados na Lei de Diretrizes de Base (LDB) de 1996 e nos eixos estruturantes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ampliando perspectiva da escola e comunidade escolar, na formação de sujeitos conscientes e responsáveis de suas escolhas, contribuindo, desta forma, no processo educativo, tanto nas questões sociointeracionais, quanto construtivistas.

De modo geral, são iniciativas extracurriculares que complementam e dialogam com as diversas disciplinas, sendo incluídas nos planos de aula dos docentes com o objetivo de contribuir com as atividades educacionais regulares já desenvolvidas. Para execução são distribuídos gratuitamente aos participantes: livros, atividades lúdicas, jogos e acesso a sites com conteúdo extras sobre as temáticas trabalhadas, oportunizando envolvimento da escola e comunidade. Aos professores são oferecidas capacitações síncronas (presencial nas agências) ou assíncronas por meio da Plataforma do Cresol Instituto e as cooperativas / agências, ficam responsáveis pela assistência aos multiplicadores, bem como pela entrega dos materiais e apoio aos projetos nas escolas.

A coleção de livros do Projeto Mesadinha e Sua Turma (Figura 5A) conta com quatro volumes protagonizados por personagens (denominados de Mesadinha e sua Turma) e atividades lúdicas. Os conteúdos apresentam importantes lições de vida, despertando o conhecimento e interesse pelo cultivo de valores positivos e desenvolvendo a ludicidade e criatividade. Neste projeto, os (as) professores (as) são os responsáveis pela aplicação para melhor inserção dos conteúdos em consonância com seu planejamento pedagógico.

Por meio dos projetos, ocorre a união entre o Sistema Cresol, Secretarias de Educação, escolas, famílias e comunidade em geral, estabelecendo uma participação ativa dos parceiros em prol do desenvolvimento de comportamentos essenciais ao bem-estar e à atuação na sociedade.

Figura 2 – Materiais utilizados nos Projetos Mesadinha e Sua Turma e Juventude Cooperativista



Fonte: acervo particular do autor (2023)

Os encartes do projeto Juventude Cooperativista (Figura 2B) somam um total de nove, distribuídos em três eixos de atuação para aplicação aos alunos do segundo e terceiro ano do ensino médio: educação cooperativa; educação financeira; e educação profissionalizante. Estas atuações já podem servir, inclusive, de abordagem considerando a proposta do “Novo Ensino Médio” (Lei nº 13.415/2017), o qual dá a possibilidades de escolhas aos estudantes a itinerários formativos

com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional.” Neste projeto, os conteúdos são trabalhados pelos colaboradores da própria cooperativa, sendo estes capacitados para tal finalidade, ou ainda, por profissionais contratados desde que atuem com aderência aos conteúdos.

A pesquisa revelou, ainda, que diversas ações são implementadas para contribuir com as abordagens trabalhadas, sendo algumas delas: visitas em empresas, gincana onde são despertados valores de cooperação, ações sustentáveis (por exemplo, produção de sabão a partir de reaproveitamento de óleo de cozinha), rodas de conversas com empreendedores (as), produção de hortas cooperativas no ambiente escolar, integração com a família, piqueniques ao ar livre, dentre outras (Figura 3). As atividades desenvolvidas no âmbito dos projetos socioeducativos evidenciam, de forma concreta, a operacionalização dessa rede socioinstitucional e com múltiplos atores.

As ações realizadas, como oficinas, gincanas, rodas de conversa, visitas técnicas, atividades sustentáveis e práticas coletivas no ambiente escolar, envolvem a participação ativa de professores, estudantes, famílias, colaboradores das cooperativas singulares, gestores escolares e representantes das secretarias de educação. Essa interação reforça a dimensão relacional dos projetos, promovendo espaços de aprendizagem coletiva, cooperação e construção de vínculos sociais, elementos fundamentais para o fortalecimento do capital social e para a consolidação de dinâmicas de desenvolvimento territorial.

Os dados demonstrados no estudo corroboram com o que Lorenzi *et al.* (2020, p. 262) descreveram, quando elencaram que “trabalhar com o cooperativismo nas escolas fortalece um modelo de sociedade, propondo maior interação entre crianças, pais e instituições de ensino”.

Figura 3 – Atividades desenvolvidas durante execução dos projetos



Fonte: dados da pesquisa junto a Cooperativa (2023)

Desta forma, por meio das evidências apontadas no estudo, verifica-se que os projetos atendem aos preceitos epistemológicos teorizados por Vygotsky (1978), ao promoverem processos de aprendizagem baseados na interação social, e por Piaget (1975 [1959]), ao estimularem a construção ativa do conhecimento por meio da experiência. As atividades desenvolvidas favorecem a troca simbólica, a cooperação e o aprendizado coletivo, criando redes de confiança e reciprocidade que fortalecem o capital social das comunidades envolvidas, conforme discutem Bourdieu (1985) e Putnam (1993). Esse fortalecimento das relações de confiança e pertencimento reflete-se não apenas na formação de sujeitos mais conscientes e participativos, mas também na consolidação de dinâmicas locais de cooperação e desenvolvimento. Desta forma, os projetos analisados operam como instrumentos de mediação entre a cooperativa e o território, fortalecendo redes de cooperação, aprendizagem social e pertencimento comunitário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar os dados da cooperativa, percebe-se que sua inserção é muito forte em pequenos municípios, sobretudo, aqueles com até 50 mil habitantes. Neste contexto, sua atuação com projetos socioeducativos contribui significativamente, indo além das questões financeiras, demonstrando contribuir com uma educação emancipadora, conforme conceito discutido por Freire (1970).

A análise da configuração territorial das agências demonstra que a Cresol adota uma estratégia de desenvolvimento descentralizado, pautada na interiorização dos serviços financeiros e na democratização do crédito solidário, reafirmando o propósito cooperativista de atuar onde o sistema financeiro tradicional possui menor alcance. Essa diretriz, conforme destaca Meinen (2016), evidencia o movimento contrário ao das grandes instituições bancárias, uma vez que “o cooperativismo está abrindo agências, enquanto os maiores bancos do país as estão fechando” (p. 153), o que reforça seu compromisso com a proximidade e a presença comunitária.

Ademais, em consonância com o Relatório de Sustentabilidade GRI (2024), a atuação da Cresol sustenta-se em um tripé estratégico composto por finanças inclusivas, governança participativa e educação cooperativa, elementos que consolidam seu papel como agente de desenvolvimento territorial e inclusão social nas regiões em que está inserida.

Pode-se destacar que a cooperativa atua como agente de desenvolvimento e fortalecendo o exercício da democracia, bem como, dos princípios cooperativistas de promover desenvolvimento social onde está inserida, conforme apontaram Magri (2018) e Gabriel Junior (2018). A sustentabilidade, em suas diferentes dimensões, também é base para a realização de ações, inserções e contribuições com o desenvolvimento dos estudantes.

A articulação entre as propostas pedagógicas e os dados institucionais demonstra que os projetos socioeducativos não se restringem ao campo educacional, mas configuram-se como estratégias de desenvolvimento territorial e inclusão

social. Ao promover a educação cooperativista desde a infância e a formação cidadã e empreendedora na juventude, a Cresol consolida uma prática educativa que une teoria e vivência comunitária, sustentada pelos valores do cooperativismo e pelas diretrizes da LDB, da BNCC e da Agenda 2030 da ONU. Trata-se, portanto, de uma práxis educacional cooperativa e transformadora, que reafirma o papel da educação como instrumento de emancipação social e de fortalecimento das comunidades nos territórios onde a cooperativa atua.

Além de oferecer soluções financeiras, a cooperativa investe na inclusão consciente e na formação de futuros cooperados e cidadãos por meio da educação financeira e dos princípios cooperativistas, com impacto mensurável no desenvolvimento comunitário. A utilização do FATES para financiar esses projetos reforça o compromisso da Cresol em retornar parte de suas sobras líquidas para o desenvolvimento social e educacional das comunidades onde está inserida.

A cooperativa, por meio de suas políticas, propõe um compromisso com a sociedade considerando a sua matriz de impacto social. Portanto, com base na Matriz, a cooperativa busca promover a sustentabilidade considerando Finanças Inclusivas; Governança Participativa; e Educação Cooperativa, o que se torna relevante e está alinhada ao pacto global dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), alinhando-se ao desenvolvimento regional.

Porém, de acordo com Magri (2018a; 2018b), ainda se faz necessária atuação para fortalecer o cooperativismo no contexto brasileiro e, desta forma, podem ser tecidas as conexões e reflexões considerando o escopo do referencial teórico relacionando o contexto socioeducativo e o cooperativismo financeiro.

Por fim, a partir dos dados evidenciados, se constata que as contribuições do cooperativismo vão além dos recursos financeiros mobilizados, corroborando com análises de Magri *et al.* (2010), quando demonstram a relevância da cooperativa para a promoção de desenvolvimento local/regional, tornando-se um agente que se alia a demais instituições no âmbito da governança territorial, oportunizando além

do capital financeiro, formação de capital social / intelectual por meio dos projetos socioeducativos, os quais estão alinhados a LDB e BNCC e somando relevante contribuição à comunidade escolar e talvez, ao desenvolvimento local/regional.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. **Ofício 5312/2020 BCB/SECRED/DIORF**. 2020.

BECKER, F. O que é construtivismo? **Revista de Educação AEC**, Brasília, v. 21, n. 83, p. 7-15, 1992.

BNCC – **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. (ed.) Handbook of theory and research for the sociology of education. **Nova York**: Greenwood, 1985.

BRASIL. **Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971**: dispõe sobre regime jurídico das sociedades cooperativas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**: Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 16 jan. 2023.

BRASIL. **Lei 14.030 de 28 de julho de 2020**. Dispõe sobre as assembleias e as reuniões de sociedades anônimas, de sociedades limitadas, de sociedades cooperativas e de entidades de representação do cooperativismo durante o exercício de 2020; altera as Leis ns. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil); e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/32512568/publicacao/32513368>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CHIAVENATO, D.; MADEIRA, R.; e VACCARO, V. Does financial education impact school attainment? Experimental evidence from Brazil. **NOVA SBE Working Paper**, 2024.

CONFESOL - Confederação Nacional das Cooperativas Centrais de Crédito e Economia Solidária. Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário. **Vamos juntos cooperar** / Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário - Cresol Instituto. – 3. ed. – Francisco Beltrão, PR: Cresol Instituto, 2021.

CRESOL INSTITUTO. **Relatório de Sustentabilidade GRI 2023**. Francisco Beltrão: Cresol Instituto, 2024.

CRESOL INSTITUTO. **Relatório de Sustentabilidade GRI 2024**. Francisco Beltrão: Cresol Instituto, 2025.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO. **Juventude Cooperativista: proposta pedagógica**. Francisco Beltrão: Grafisul, 2022.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDÁRIO. **Mesadinha e sua Turma: proposta pedagógica**. Francisco Beltrão: Cresol Instituto, 2022.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FERREIRA VENTURA, E. C. Projeto Governança Cooperativa. In: FERREIRA VENTURA, E. C.; FILHO, J. R. F.; SOARES, M. M.; **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília: BCB, 2009.

FEUERSTEIN, R.; *et al.* **The Dynamic Assessment of Cognitive Modifiability: the learning propensity assessment device: theory, instruments and techniques**. Jerusalem: The ICELP Press, 2002.

FONTES FILHO, J. R. F. O conceito e a prática de governança corporativa. In: FERREIRA VENTURA, E. C.; FILHO, J. R. F.; SOARES, M. M.; **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília: BCB, 2009.

FONTES FILHO, J. R. F.; COELHO, F. C.; FERREIRA VENTURA, E. C. Governança em cooperativas de crédito: singularidades no caso brasileiro. In: FERREIRA VENTURA, E. C.; FILHO, J. R. F.; SOARES, M. M.; **Governança cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília: BCB, 2009.

FRISANCHO, V. Is school-based financial education effective? Immediate and long-lasting impacts on high school students. **The Economic Journal**, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio, Paz e Terra, 1970.

GABRIEL JUNIOR, E. Cresol Dona Emma: uma história de desafios e conquistas. In: MAGRI, C.; GABRIEL JUNIOR, E. **Cresol Dona Emma: 10 anos gerando desenvolvimento sustentável**. Passo Fundo: IFIBE, 2011. p. 45-85.

KAISER, T. *et al.* Non-experimental impact estimates of school financial education exposure on financial literacy outcomes. **Economia Política**, 2022.

LORENZI, F.; VANDRESEN, J. C.; DALACOSTA, R.; SILVA RODRIGUES, L. M. da.; CUNHA, W. A. da. Cresol e o Projeto Um Olhar para o Futuro: o Cooperativismo e a Educação Financeira como efeito multiplicador na sociedade. In: MICHELON, A.; MAGRI, C. A.; VANDRESEN, J. C. **Saberes: inovação, relacionamento e governança nas cooperativas Cresol**. Brasília, DF: Confedbras, 2020. p. 260-274.

MAGRI, C. A.; POMMERENING, E. Jr.; **O cooperativismo financeiro e a agricultura familiar: gerando desenvolvimento sustentável**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2018.

MAGRI, C. O cooperativismo de crédito solidário: mais que financiar crédito, financiar sonhos. In: MAGRI, C. A.; POMMERENING, E. Jr.; **O cooperativismo financeiro e a agricultura familiar: gerando desenvolvimento sustentável**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2018b. p. 11-24.

MAGRI, C. A. A formação como instrumento de fortalecimento do cooperativismo. In: MAGRI, C. A.; RISSON, C.; FLACH, A. A. B.; GABRIEL JUNIOR, E. **Cooperativismo de crédito solidário: reflexões e boas práticas**. Passo Fundo: IFIBE, 2010.

MAGRI, C. A.; RISSON, C.; FLACH, A. A. B.; GABRIEL JUNIOR, E. **Cooperativismo de crédito solidário: reflexões e boas práticas**. Passo Fundo: IFIBE, 2010.

MARTINS, G. de A. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2009.

MEINEN, E.; PORT, M. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confedbras, 2014.

MEINEN, E. **Cooperativismo financeiro: virtudes e oportunidades**. Brasília: Confedbras, 2016.

MEINEN, E. **Cooperativismo financeiro na década de 2020: sem filtros**. 2. ed. Brasília, DF: Confedbras, 2022.

MORAIS, R. T. R. A importância do cooperativismo de crédito para o agronegócio e o desenvolvimento regional: o caso da PRIMACREDI. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 9, n. 1, p. 81-104, abr. 2021. ISSN 2317-5443. Disponível em <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/8184>. Acesso em: 15 jan. 2023.

MOREIRA, M. A. **Teorias de Aprendizagens**. São Paulo: EPU, 1995.

MORIN, E. **Sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MORIN, E. **A Via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

PIAGET, J. **Aprendizagem e conhecimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1975 [1959].

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 5. ed. Brasília: BCB, 2007.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

PUTNAM, R. D. **Making democracy work**: civic tradition in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **Sociedade e espaço**: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia. n. 54. São Paulo, AGB/FFLCH-USP, 1977.

VYGOTSKY, L. S. **El desarrollo de los procesos psicológicos superiores**. Barcelona: Editorial Crítica, Grupo editorial Grijalbo, 1978.

Contribuições de autoria

1 – Rubens Staloch

Doutor em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC/FAED). Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Pesquisador Visitante da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

<https://orcid.org/0000-0001-9395-3422> - rsstaloch@gmail.com

Contribuição: Conceituação, Metodologia, Validação, Análise formal, Investigação, Curadoria de dados, Visualização, Redação – versão original, Redação – revisão e edição, Supervisão, Administração do projeto.

Conflito de Interesses

Os autores declararam não haver conflito de interesses.

Direitos autorais

Os autores dos artigos publicados pela RGC mantêm os direitos autorais de seus trabalhos.

Verificação de Plágio

A RGC mantém a prática de submeter todos os documentos aprovados para publicação à verificação de plágio, utilizando ferramentas específicas, como por exemplo: Turnitin.

Editores de seção

Ricardo Alberti

Editora Chefe

Marcia Helena dos Santos Bento

Como citar este artigo

Staloch, R..Cooperativismo financeiro e desenvolvimento territorial: Contribuições dos projetos socioeducativos da Cresol. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, v. 12, n. 24 e73977, 2025. DOI 10.5902/2359043273977. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2359043273977>.